so XXI, entende-se por estabelecimento varejista aquele que promover a saída de carne retalhada diretamente a consumidor, não podendo essa condição as seções de varejo de frigoríficos ou o estabelecimento que efetuar saídas de carne retalhada, com destino a hospitais, colégios, pensões, restaurantes, pastelarias e estabelecimentos similares.

§ 39 - O disposto no inciso XXVIII não se aplica às saídas de mercadorias com destino às Zonas Francas do País.

§ 40 - A isenção prevista no inciso XXVI aplica-se também às saídas de mercadorias, para exportação, com destino:

1. a estabelecimentos, localizados neste Estado, que operem exclusivamente no comércio exterior;
2. a armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros situados neste Estado.

§ 50 - Nas hipóteses do parágrafo anterior, tornar-se-á exigível o imposto pela saída com destino aos estabelecimentos ali referidos, nos casos de não se efetivar a exportação, ocorrer a perda das mercadorias ou, ainda, de reintrodução das mercadorias no mercado interno, exceto o retorno ao estabelecimento de origem, sujeitando-se o recolhimento espontâneo ao acréscimo e à correção monetária previstos nos artigos 553 e 554; para cálculo do acréscimo e da correção monetária, tomar-se-á por base a data prevista para o recolhimento correspondente ao mês em que tiver sido realizada a operação.

§ 69 - Tratando-se de financiamento em que os recursos em moeda estrangeira tenham sido contratualmente destinados ao pagamento de obras civis ou outros serviços prestados no País, a isenção de que trata o inciso XLVII poderá ser, mediante autorização prévia do Secretário da Fazenda, estendida às vendas de máquinas e equipamentos nacionais, até o valor, em moeda nacional, das divisas conversíveis provenientes do financiamento.

§ 70 - Verificada a transferência de uso ou propriedade do veículo, adquirido com o benefício fiscal previsto no inciso L, o transmitente deverá recolher, no momento da transmissão, o imposto de circulação de mercadorias não pago por ocasião da saída promovida pelo fabricante, desde que, cumulativamente, a transferência seja feita:

1. para pessoa que não faça jus ao mesmo tratamento fiscal;
2. antes de 1 (um) ano contado da data da saída do estabelecimento fabricante.

§ 80 - Para os efeitos da isenção prevista no inciso LX, será considerada amostra gratuita a que satisfizer as seguintes exigências:

1. indicação, em caracteres bem visíveis, da expressão "distribuição gratuita";
2. quantidade não excedente de 20% (vinte por cento) do conteúdo ou do número de unidades de menor embalagem de apresentação comercial do mesmo produto, para venda ao consumidor.

§ 90 - Para os efeitos da isenção prevista no inciso LX, será considerada amostra gratuita de medicamento a que satisfizer as seguintes exigências:

1. quanto à caracterização:
 - a) consistir em embalagem especial que apresente a redução mínima de 20% (vinte por cento) no conteúdo ou no número de unidades de menor embalagem de apresentação comercial do mesmo produto, adotada pelo fabricante ou importador e especificada em suas listas de preços; ou
 - b) consistir em embalagens de produtos cujo nome ou apresentação comercial, acompanhada ou não de diluente ou de outro complemento, constitua dose terapêutica mínima;
2. quanto à rotulagem ou marcação:

a) contiver, por impressão de maneira destacada, no rótulo e no envoltório, uma faixa vermelha com a expressão "amostra grátis" em negativo, nas faces ou partes em que se apresente o nome do produto;

b) contiver, por gravação, impressão ou etiquetagem aplicada com cola forte, a expressão "amostra grátis" junto ao

nome do produto, quando se tratar de ampolas ou continentes de pequeno tamanho, que não comportem colocação de rótulo;

c) contiver, no rótulo e no envoltório, as indicações de caráter geral ou especial supra-exigidas ou estabelecidas pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

Artigo 6º - Ficam também isentas do imposto as saídas de navios mercantes de estabelecimentos da indústria de construção naval em que tiverem sido construídos ou reparados, desde que os respectivos contratos de construção ou de reparo tenham sido celebrados até 30 de setembro de 1968

Artigo 7º - A isenção não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

Artigo 8º - Quando a isenção do imposto depender de condição a ser preenchida posteriormente, não sendo esta satisfeita, o imposto será considerado devido no momento em que ocorrer a operação.

TÍTULO II

DO SUJEITO PASSIVO

CAPÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

SEÇÃO I

DOS CONTRIBUINTES

Artigo 9º - Contribuinte do imposto é o comerciante, industrial ou produtor que promove a saída de mercadoria, o que a importa do exterior ou o que arremata em leilão ou adquire, em concorrência promovida pelo Poder Público, mercadoria importada e apreendida.

Parágrafo Único - Consideram-se também contribuintes:

1. as sociedades civis de fins econômicos, inclusive Cooperativas, que pratiquem com habitualidade operações relativas à circulação de mercadorias;
2. as pessoas jurídicas de direito privado, de fins não econômicos, que explorem estabelecimentos industriais ou que pratiquem, com habitualidade, venda de mercadorias que para esse fim adquirirem;
3. os órgãos da administração pública direta, as autarquias e as empresas públicas federais, estaduais ou municipais, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional ou funcional, mercadorias que para esse fim adquirirem ou produzirem.

Artigo 10 - Considera-se estabelecimento o local, construído ou não, onde o contribuinte exerce a sua atividade em caráter permanente ou temporário, bem como o local onde se encontram armazenadas ou depositadas as mercadorias objeto de sua atividade, ainda que esse local pertença a terceiros.

Parágrafo único - Para os fins deste Regulamento considera-se depósito fechado o estabelecimento que o contribuinte mantenha exclusivamente para armazenamento de suas mercadorias.